

AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A3P COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

Valdiney Ferreira de Almeida¹

Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão²

Marcelo Limont³

Artemízia Rodrigues Sabino⁴

Elisângela Karine Martins⁵

Graciele Bianquim de Almeida⁶

Resumo: Este artigo analisa a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e sua aplicabilidade como instrumento de Educação Ambiental (EA) no Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, com aplicação de questionário semiestruturado aos gestores do IFAM, observação *in loco* e a Análise de Conteúdo. A Aderência à A3P pelo IFAM ficou acima de 60%, contudo, no envolvimento da comunidade acadêmica nas ações de EA, identificaram-se ações pontuais, como evento com discentes e servidores, distribuição de caneca sustentável e garrafinha *squeeze*, equipamentos eletrônicos reutilizados em aulas práticas, hortas, plantas e arborização. Assim, conclui-se que a ausência de projetos sistematizados e institucionais, de gestão participativa e comunicação eficiente na comunidade são os principais percalços para que A3P seja eficientemente utilizada como instrumento de EA no IFAM.

Palavras-chave: Gestão Ambiental; Socioambiental; Políticas Públicas Ambientais; A3P; Educação Ambiental.

¹Instituto Federal do Amazonas (IFAM). E-mail: valdiney.almeida@ifam.edu.br,

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4108301410209588>

² Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

E-mail: mariaoliviar@uol.com.br, Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2594654340373805>

³ Universidade Positivo (UP). E-mail: marcelo.limont@up.edu.br,

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/037542583413994>.

⁴ Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: artemizia10@hotmail.com,

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3918674145673651>

⁵ Universidade Positivo (UP). E-mail: eliskarine1407@gmail.com,

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3569660956532339>

⁶ Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). E-mail: gracielejyalmeida@gmail.com,

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0461875321838246>

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 2: 452-473, 2022.

Abstract: This article analyzes the Public Administration Environmental Agenda (A3P) and its applicability as an Environmental Education (EE) instrument at the Federal Institute of Amazonas (IFAM). This is a qualitative study, with the application of a semi-structured questionnaire to IFAM managers, in loco observation and Content Analysis. Adherence to A3P by IFAM was above 60%, however, in the involvement of the academic community in EE actions, specific actions were identified, such as an event with students and servers, distribution of sustainable mugs and squeeze bottles, electronic equipment reused in classes practices, gardens, plants and afforestation. Thus, it is concluded that the absence of systematic and institutional projects, participatory management and efficient communication in the community are the main obstacles for A3P to be efficiently used as an EE instrument at IFAM.

Keywords: Environmental Management; Socio-environmental; Public Environmental Policies; A3P; Environmental Education.

Introdução

Nas últimas décadas, o desenvolvimento econômico tem gerado tensões e conflitos na problemática ambiental (FIGUEIREDO; CRUZ, 2013) quanto ao uso do espaço e dos recursos naturais, emergindo discussões na sociedade mundial (TRAJBER; SATO, 2010; KITZMANN; ASMUS, 2012), que passaram a engendrar a questão ambiental sob as óticas corretiva, nos anos 70, preventiva, nos anos 80, e integradora, nos anos 1990, fornecendo base teórica para a elaboração das políticas ambientais (MAGRINI, 2001; 2009; INDIANO, 2015).

Neste movimento, Leff (2006) propõe a racionalidade ambiental como novo pensamento, pois a ideia do modo de produção e consumo vigente conduz a um desastre (SACHS, 2002; QUINTAS, 2006; SAVITZ, 2007; ALMEIDA, 2009; ELKINGTON, 2011; NASCIMENTO, 2012).

O movimento em tela tem preceitos que se conectam diretamente ao novo desafio do mundo - os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que foram estabelecidos em 2015, quando os países determinaram o curso global de ação para acabar com a **pobreza**, promover a **prosperidade** e o **bem-estar** para todos, proteger o **meio ambiente** e enfrentar as **mudanças climáticas** até 2030. São 17 objetivos com 169 metas associadas, integradas e indivisíveis, que abrangem e atuam sob o direito internacional e os direitos humanos (ONU, 2015). O Brasil é signatário desta Agenda e deve agir efetivamente, assim como todos os pactuantes (Idem).

Nesse contexto, as Instituições de Ensino Superior (IES) vêm repensando seu papel junto à sociedade, pois estão diretamente ligadas à formação social daqueles que serão atuantes nos desafios civilizatórios, principalmente no que tange às questões ambientais (TRAJBER; SATO, 2010; KITZMANN; ASMUS, 2012; NASCIMENTO, 2018; ALMEIDA, 2020).

O movimento da sustentabilidade alcança massa crítica mundial e os gestores precisam compreender essa transformação – proatividade, para convertê-la em vantagem e bons exemplos nas organizações.

Neste norte, a Gestão Ambiental (GA) e suas ferramentas podem potencializar a Educação Ambiental (EA) (SACHS, 2002; TRAJBER; SATO, 2010; BARBIERI, 2011; KITZMANN; ASMUS, 2012; ALMEIDA, 2020). Barbieri (2011) sustenta que a GA entrelaça diretrizes, atividades administrativas e operacionais, tais como planejamento, direção, controle e alocação de recursos, a fim de obter efeitos positivos para o meio ambiente.

A Ambientalização da Universidade envolve a GA e a EA, pois ambas estão conectadas e são refletores fundamentais das atividades administrativas e educacionais na vida pessoal e profissional de cada membro e transeunte da instituição (SACHS, 2002; PAVESI; FARIAS; OLIVEIRA, 2006; KITZMANN, 2007; MARCOMIN; SILVA, 2010; TRAJBER; SATO, 2010; BARBIERI; SILVA, 2011; KITZMANN; ASMUS, 2012; GUERRA *et al.*, 2015; ALMEIDA, 2020).

Destarte, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) de uma IES deve adotar ferramentas que auxiliem e norteiem seu dia a dia, no tocante à adesão e execução desta tarefa. Neste sentido, a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), criada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), é um bom exemplo de ferramenta eficaz para esta finalidade.

No Brasil, as questões ambientais são geridas com base na Lei nº 6.938/81 - Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que fora recepcionada pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1981; BRASIL, 1988). Para alavancar a Educação Ambiental (EA), advinda dos preceitos constitucionais e do tratado da Agenda 21, foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA). Subsidiada pela Lei nº 9.795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), em todos os níveis educacionais (BRASIL, 1999).

O presente estudo analisou a ferramenta brasileira de Gestão Ambiental – GA, a Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P e sua aplicabilidade como instrumento de Educação Ambiental – EA no Instituto Federal do Estado do Amazonas – IFAM. Além disso, analisou-se a convergência da A3P com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS (ONU, 2015).

Ambientalização: Educação Ambiental e Gestão Ambiental Pública

Segundo Kitzmann (2007), o processo de ambientalização em sistemas formais e não formais de ensino e de Educação Ambiental formal e não formal deve procurar identificar a integração da dimensão ambiental em diferentes níveis e espaços educativos. O autor conceitua que ambientalizar o ensino significa “*inserir a dimensão socioambiental onde ela não existe ou está tratada de forma inadequada*” (Idem, p. 553). Behrend *et al.* (2019) investigou a ambientalização das relações sociais entre a escola de educação básica e a

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 2: 452-473, 2022.

universidade, de forma direta, para o currículo e, indiretamente, sua interligação com a gestão.

Kitzmann e Asmus (2012) aduzem a exigência da quebra de paradigmas e mudanças nas atividades administrativas e estruturais nas IES, pois esse processo deve ocorrer não somente na esfera curricular. Sachs (2002) defende a disseminação da educação, simultaneamente, com o desenvolvimento técnico do capital humano e também como transformação de concepções e valores, pois são eles que nos conduzirão a novos padrões de produção e de consumo. Quintas (2006) defende que a EA, nesse processo, deve abranger uma educação emancipatória e comprometida.

Portanto, a ambientalização das universidades não envolve somente o currículo, mas a pesquisa, a extensão e a gestão, como um processo contínuo, dinâmico (GUERRA *et al.* 2015), sistêmico e sinérgico, que pode auxiliar na transição das instituições de ensino para tornarem-se autênticos espaços de educação sustentáveis, pois o *campus* interage com os fluxos de matéria e energia, consome bens e serviços naturais e produz resíduos e impactos ambientais, independentemente de seu tamanho (TRAJBER; SATO, 2010).

Fernandes (2017) faz referência às grandes Conferências que referenciam a ambientalização das IES ao ensino, pesquisa, extensão e gestão (Quadro 1).

Quadro 1: Eventos Internacionais que contemplam a Ambientalização (1977 a 1997).

ANO/EVENTO	LOCAL/DOCUMENTO
1977; Conferência sobre Educação Ambiental Organizada pela ONU e PNUMA.	Tbilisi, na Geórgia. Declaração de <i>Tbilisi</i> ; 41 recomendações.
1990; UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Cidade de Talloires,	França; Declaração de <i>Talloires</i> ; São dez recomendações e é conhecida como a primeira declaração elaborada e assinada ⁷ por gestores de IES, se comprometendo em promover a sustentabilidade no ensino superior.
1991; <i>Conference on University Action for Sustainable Development</i> .	Cidade de Halifax, no Canadá; Reuniram-se reitores de IES do Brasil e do mundo; Conferência de <i>Halifax</i> .
1992; Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD).	Rio de Janeiro, Brasil. 179 países; Agenda 21 Global; 40 capítulos norteadores para ação abrangente que objetiva a inserção da temática sustentabilidade, com destaque às questões sociais e ambientais, nos diversos setores da sociedade. O capítulo 36 trata sobre EA.
1993; 15º Congresso da ACU - Association of Commonwealth Universities.	Cidade de Swansea, País de Gales. 400 universidades de 47 países; Declaração de Swansea.

Continua...

⁷ Nascimento (2018, p. 40) conclui em sua pesquisa que, das 503 instituições signatárias da Declaração de *Talloires*, 52 delas são brasileiras e destas, três da região norte, sendo, a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, a Universidade Federal do Pará – UFPA, e a Universidade Federal do Acre - UFAC.

...continuação.

ANO/EVENTO	LOCAL/DOCUMENTO
1993; IAU - <i>International Association of Universities</i> .	Aderiu a Declaração de Kyoto. Resultante das discussões ocorridas na nona mesa redonda da IAU em 1990, na cidade de Tokyo, Japão.
1994; Conferência dos Reitores Europeus, na atualidade denominada AEU - <i>Association of European Universities</i> .	500 IES participantes; Carta COPERNICUS (CO-operation Program in Europe for Research on Nature and Industry through Coordinated University Studies).
1994; <i>Campus Earth Summit</i> .	Universidade Yale, EUA. 500 pessoas, entre estudantes, professores e administradores de 120 universidades americanas e 29 universidades de outros Países; <i>Campus Blueprint for a Sustainable Future</i> ; "Modelo" de Campus para um Futuro Sustentável 10 recomendações.
1997; Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública. UNESCO e o governo Grego.	Grécia. Declaração de <i>Thessalonik</i> .

Fonte: Adaptado de Fernandes (2017).

As declarações internacionais sobre sustentabilidade para as IES em tela discutem aspectos comuns ligados à EA e à GA, como apresentados a seguir (Quadro 2):

Quadro 2: Aspectos comuns das Declarações Internacionais sobre sustentabilidade para as IES.

EIXO	PARTICULARIDADES COMUNS NAS DECLARAÇÕES
ENSINO	Promoção da EA para todas as pessoas, de todas as idades; - Capacitação de docentes- Troca de informações.
PESQUISA	Incentivo a criação de programas de pós-graduação interdisciplinares ambientais; - Intercâmbio entre pesquisadores das IES.
EXTENSÃO	Conscientização ambiental de todos os setores da sociedade; - Formulação de políticas públicas nacionais e internacionais.
ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS	Adoção de práticas de gestão ambiental sustentáveis na manutenção dos espaços físicos e atividades institucionais; - Estabelecimento de comissão para tratar das questões ambientais; - Inserir a preocupação ambiental na política institucional; - Realizar convênios e parcerias com outras IES.

Fonte: Adaptado de Fernandes (2017).

Os espectros das declarações internacionais sobre a sustentabilidade e a EA no Brasil conferem-se na Constituição Federal de 1988, Art. 205 e 225, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - Lei nº 9.334/1996, (BRASIL, 1996) e na Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA – Lei nº 9.795/1999, (BRASIL, 1999). Essas leis tiveram especial relevância a partir da publicação, pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, da Resolução nº 2, de junho de 2012, que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental – DCNEA. Este último, em seu Artigo 21, recomenda que as IES “se constituam em espaços educadores sustentáveis, com a intencionalidade de educar para a sustentabilidade socioambiental de suas

comunidades, integrando currículos, gestão e edificações [...]” (BRASIL, 2012, p. 7).

Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P

Considerando a abrangência do debate sobre a problemática ambiental, a sustentabilidade no âmbito governamental tem sido cada vez mais um diferencial da nova gestão pública, onde administradores, servidores, discentes, terceirizados e transeuntes passam a ser identificados como agentes multiplicadores de boas atitudes com a coisa pública e no cuidado com o ambiente. E nas IES, essa proposta se potencializa, pois a ambientalização pode torná-las em autênticos “espaços educadores sustentáveis” (GUERRA *et al.*, 2015).

No ano de 1999, a Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P foi instituída pela portaria nº 510/2002 pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, seguindo a responsabilidade promulgada no Parágrafo Único do Art. 5º da PNMA, que em face ao ordenamento jurídico brasileiro, entendeu a viabilidade do Programa, que tem suas diretrizes fundamentadas nas recomendações do Capítulo IV da Agenda 21, no Princípio 8 da Declaração do Rio/92, e na Declaração de Joanesburgo, que institui a “*adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável*”, (MMA, 2009, p. 31).

Para atingir seus objetivos a A3P tem suas ações voltadas aos princípios da política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar, o consumo de produtos que gerem impactos socioambientais significativos. Esse último R, em grande medida, irá definir o sucesso de qualquer iniciativa para a introdução de critérios ambientais (MMA, 2009). O programa A3P foi estruturado primeiramente em 5 eixos, e, em 2017 passou a 6 grandes eixos: (1) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; (2) Gestão de resíduos gerados; (3) Qualidade de vida no ambiente de trabalho; (4) Sensibilização e capacitação dos servidores; (5) Compras públicas sustentáveis; e (6) Construções sustentáveis (MMA, 2017).

O grande desafio deste do Programa consiste em transpor o discurso meramente teórico e concretizar intenções de compromissos sólidos, já que a adoção de princípios sustentáveis na gestão pública exige mudanças de atitudes e de práticas (MMA, 2009). Para que haja essas mudanças de atitudes e práticas, fazem-se necessárias a cooperação e a união de esforços visando minimizar os impactos sociais e ambientais, advindos das ações cotidianas atinentes à Administração Pública.

Nesse sentido, a A3P “*busca a construção de uma nova cultura institucional nos órgãos e entidades públicos*”. Desta maneira, o objetivo da Agenda A3P é “*estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras*”, que possibilite “*à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais*” (MMA, 2009, p. 7).

Materiais e métodos

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e abordagem qualitativa (CRESWELL, 2010). Foram utilizadas as técnicas de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, documental, observação *in loco*, aplicação de questionário semiestruturado - *Checklist* aos gestores (Anexo 1). Foram realizadas buscas sistemáticas de informações e dados quantitativos sobre a A3P no site do MMA. Também foram analisadas as interfaces de convergência da A3P com os ODS, através da pesquisa documental revelada no *site* da ONU e do MMA e publicações. O critério utilizado para verificar a convergência da A3P com os ODS foi a compatibilidade dos propósitos de cada eixo da A3P registrados nos documentos do MMA e a descrição das metas de cada ODS, disponíveis nos documentos da ONU. Na sequência, foi analisada a aplicabilidade da A3P como ferramenta de EA, por meio das ações praticadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

A pesquisa de campo ocorreu no ano de 2019 em diferentes Unidades do IFAM, a saber: (1) Região do Rio Negro/Solimões - Reitoria e *Campus* Manaus Centro - CMC, *Campus* Manaus Zona Leste - CMZL e *Campus* Manaus Distrito Industrial – CMDI; (2) Região Médio Amazonas – *Campus* Itacoatiara; (3) Região do Juruá - *Campus* Eirunepé; e (4) Alto Solimões - *Campus* Tabatinga.

O *checklist* adaptado de Luiz *et al.* (2013), composto por 52 questões, subdivididas em cinco eixos temáticos, com opções de resposta “adere”, “não adere” ou “não se aplica”, baseadas nas principais legislações ambientais vigentes. A adaptação foi feita na estrutura sobre a instituição a ser pesquisada, no caso, o IFAM. O Anexo1 apresenta as questões do *checklist*.

Participaram desta pesquisa 36 gestores (Reitor; Pró-reitores; e Diretores) das Unidades participantes (Reitoria e *Campi*), identificados na Estrutura Organizacional do IFAM. O *checklist* e os fenômenos observados *in loco* foram registrados no diário de bordo digital, a partir de previa autorização.

Na análise dos dados das ações praticadas no IFAM visando a institucionalização da A3P para a Educação Ambiental, foram elencados e categorizados por cada eixo da A3P, constantes no documento norteador do MMA (2009) - 5 eixos temáticos.

A análise dos questionários se deu por meio da técnica de análise de conteúdo (Bardin 2009), seguindo as etapas de pré-análise; exploração do material (ou codificação); e tratamento dos resultados (inferências e interpretações). A análise das variáveis quantitativas se deu com o uso da estatística descritiva, especificamente pela média aritmética e média da média para aderência final.

A pesquisa teve parecer aprovado do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP – CAAE: 10094219.4.0000.5020. Cada participante da pesquisa assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 2: 452-473, 2022.

Resultados e discussão

A pesquisa revelou que, mesmo reconhecendo a importância da A3P, sua implementação em IES e outras instituições públicas (2015 – 2019) incorre em fragilidades e deficiências. (Quadro 3).

Quadro 3: Levantamento bibliográfico (2015 - 2019) de estudos acerca da implementação da A3P em IES e outras instituições públicas.

TIPO*	OBJETIVOS/ AUTOR (ANO)
A	Analisar 49 iniciativas agraciadas pelo Prêmio Melhores Práticas de Sustentabilidade A3P entre 2009 e 2013, a partir de 7 indicadores de conformidade com objetivos organizacionais de responsabilidade socioambiental; ARAÚJO, C. L. <i>et al.</i> , (2015).
A	Sensibilizar e conscientizar os funcionários da Reitoria da Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf, sobre a necessidade de redução do consumo de copos descartáveis no ambiente de trabalho; NASCIMENTO, M. M. <i>et al.</i> , (2015).
A	Analisar as ações de uma Instituição de Ensino Superior Federal às diretrizes da A3P; VIEGAS, S. F. S. S. <i>et al.</i> (2015).
A	Mensurar o nível de consciência ambiental dos gestores do IFRN, sob a ótica da A3P; MONTEIRO, M. O; CAMELO, G. L. P. (2015).
D	Implementar, de forma participativa, o eixo temático Sensibilização e Capacitação do Programa de Gestão A3P na Prefeitura da Cidade do Recife, através da aplicação de curso EAD; PRADO, WALKIRIA CAVALCANTE (2015).
D	Realizar um diagnóstico socioambiental no IFTM <i>Campus</i> Uberaba como forma de auxílio na definição de políticas de responsabilidade socioambiental e implantação de um SGA; MENDONÇA, BRUNA ARDUINI, (2015).
A	Analisar os desafios dos gestores públicos na implementação da A3P numa sociedade de economia mista; NETO, J. S. C. <i>et al.</i> , (2016).
A	Analisar a adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) ou à potencialidade de sua aplicação, em cinco secretarias do município de Vilhena, Rondônia; SANTOS, F. L. <i>et al.</i> , (2017).
A	Analisar a aderência de uma Companhia Hidroelétrica da região nordeste do Brasil às diretrizes elencadas pela Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); ARRUDA, L. M., RODRIGUES, R. N. (2018).
A	Verificar a aderência da Universidade Federal do Oeste do Pará às ações propostas pela A3P; FIGUEIREDO, G. G. <i>et al.</i> , (2019).
A	Analisar a aplicação da A3P e da legislação ambiental nas atividades socioambientais praticadas por uma Instituição Pública Federal. Busca, ainda, descrever aspectos relacionados à observância aos requisitos da legislação; mensurar a aderência da Instituição em relação às ações propostas na A3P e verificar o status da implantação das políticas socioambientais; ROSA, L. A. B. <i>et al.</i> , (2019).

*Tipo de publicação, exceto Monografias. A = Artigo; D= Dissertação.

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelos autores (2020).

No *site* do MMA, encontrou-se uma biblioteca de produções acadêmicas que contemplam a temática da Agenda A3P em seus vários aspectos. Entre os anos de 2012 e 2013, verifica-se o maior número de trabalhos publicados. A partir de 2014, há uma diminuição nos números de trabalhos disponibilizados na biblioteca do MMA (Figura 1).

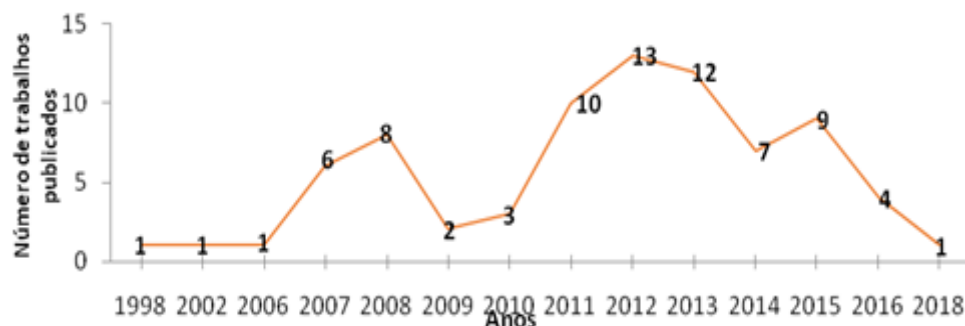


Figura 1: Número dos trabalhos científicos disponibilizados na biblioteca do MMA no período de 1998 a 2018. N= 78. **Fonte:** Elaborado pelos autores (2020).

Durante o levantamento bibliográfico realizado neste estudo, em diferentes fontes, foram identificados nove novos artigos sobre o tema, que não estavam disponíveis naquela biblioteca (Quadro 3), revelando ineficiência do Ministério na busca e disponibilização desses estudos em sua biblioteca virtual.










Na análise de convergência da A3P com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, verifica-se alta conexão e sinergia com nove Objetivos (Quadro 4). Assim, o Brasil, ao implementar A3P e tê-la aplicada em todos os órgãos públicos, poderia potencializar de forma direta e indireta o alcance das metas dos ODS.

Quadro 4: Descrição dos Eixos Temáticos da A3P e conexão com os ODS.

EIXOS DA A3P E DESCRIÇÃO	CONEXÃO COM OS ODS
Eixo 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; - Implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício; Engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.	   
Eixo 2 - Gestão adequada dos resíduos gerados; - Passa pela adoção da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar; - Deve-se primeiramente pensar em reduzir o consumo e combater o desperdício para só então destinar o resíduo gerado corretamente.	    
Eixo 3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho; - Visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional.	   

Continua...

...continuação.

EIXOS DA A3P E DESCRIÇÃO	CONEXÃO COM OS ODS
Eixo 4 - Sensibilização e capacitação dos servidores; - Busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores; - O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades.	   
Eixo 5 - Licitações sustentáveis; - A administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental das suas compras; - As licitações devem levar à aquisição de produtos e serviços sustentáveis que são importantes não só para a conservação do meio ambiente, mas, também apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazos quando comparadas às que se valem do critério de menor preço.	     

Fonte: (MMA, 2009; ONU, 2015; elaborado pelos autores, 2020).

A relação do IFAM com os eixos temáticos da A3P – reflexos da GA na EA

A pesquisa revelou que o Instituto Federal do Amazonas – IFAM era o único representante das IES Públicas, entre as três instituições públicas no Amazonas aderentes à A3P.

O IFAM aderiu à A3P no ano de 2015 (IFAM, 2016, p. 307)⁸ e, somente em 2017, criou sua Política Socioambiental e seu Plano de Logística Sustentável (PLS), em 2018. O IFAM é o único da rede IFs da região norte a possuir setor específico de Gestão Ambiental e isto demonstra uma das mudanças ocorridas na gestão sistêmica e a visão no trabalho cotidiano das atividades administrativas com foco nas questões socioambientais após a implantação da A3P. Contudo, o IFAM nunca alimentou o sistema Ressoa do MMA e, por isso, possuía apenas o Certificado de Adesão, verde. Fato que levou a desvinculação da instituição, em dezembro de 2020, após a não sustentação do Sistema do MMA e a não inscrição de projetos.

Como resultado da pesquisa de campo, foi revelada a percepção dos gestores de que, antes da implementação da A3P, o IFAM não promovia atividades de gestão ambiental (59% dos participantes). Quando analisado por Unidade, verificou-se que, somente nos *Campi* Itacoatiara (62%) e Eirunepé (57%), o percentual de respostas positivas relacionadas à realização de ações voltadas a gestão ambiental foi maior.

⁸IFAM (2016). Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/desenvolvimento-institucional/relatorio-de-gestao>. Acesso em: dez/2019.

Após a adesão da A3P pelo IFAM, a percepção dos gestores, que foi medida através da média ponderada percentual dos cinco Eixos da A3P analisados neste estudo⁹, revelou aderência de 64% à A3P, seguindo o rol dos itens avaliados (Figura 2).

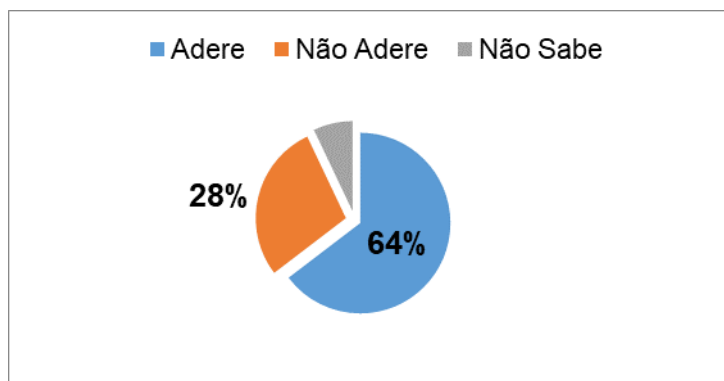


Figura 2. Frequência de Aderência aos Eixos da Agenda Ambiental Pública (A3P) pelo IFAM.
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O gestor GA10 explicita que todos os itens da Agenda A3P não são trabalhados efetivamente por falta de investimentos e que, na atual conjuntura, devido aos cortes orçamentários do Governo Federal, novos projetos não poderão ser criados e os que já existem correm risco de não terem continuidade. Neste sentido, Neto *et al.* (2016) e Malheiros *et al.* (2019) já apontavam a falta de recursos financeiros como um dos principais desafios da implementação da A3P.

A aderência à A3P pelo IFAM é expressiva, no entanto, em visita *in loco*, verificou-se que sua efetividade é parcial, pois houve variação na intensidade e formas de atuação entre as Unidades. Esse quadro assemelha-se ao de outras instituições instaladas em diversas regiões no Brasil (LUIZ *et al.*; SANTOS, 2013; ARAÚJO *et al.*; MONTEIRO e CAMELO; VIEGAS *et al.*; NASCIMENTO *et al.* 2015; NETO *et al.* 2016; SANTOS *et al.* 2017; ARRUDA e RODRIGUES, 2018; ROSA *et al.*; FIGUEIREDO *et al.* 2019).





Nas Unidades pesquisadas, foi revelada a adoção de adaptações contínuas no processo de construção e inclusão da temática ambiental na gestão, no ensino, na pesquisa e, principalmente, nos projetos de extensão.

Neste sentido, infere-se que, uma vez que a A3P esteja parcialmente instituída, assim também será o processo de Ambientalização no Instituto Federal do Amazonas – IFAM. No Quadro 5, são elencadas ações convergentes com a EA, implementadas pela Gestão.

⁹ (1) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; (2) Gestão adequada dos resíduos gerados; (3) Qualidade de vida no ambiente de trabalho; (4) Sensibilização e capacitação dos servidores; (5) Licitações Sustentáveis.

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 2: 452-473, 2022.

Quadro 5: Principais ações do IFAM confluentes com a A3P por eixo temático para EA.

Eixos/Aderência/Imagem/Unidade de Contexto		
Eixo 1 - uso racional dos recursos naturais e bens públicos – Aderência (68%). Aderência por Unidades destaques*: Tabatinga e Itacoatiara (88% cada); CMDI (33%).		
Plástico (redução) - Aderência (97%).		
	<p>Caneca sustentável doada aos servidores (A) e garrafinha squeeze em alumínio (B) doados aos discentes para beberem água.</p> <p>- O gestor do IFAM (GA09) afirma que após a distribuição das canecas sustentáveis aos servidores, a Reitoria reduziu em quase 100% o uso de copos descartáveis, porém ainda são usados pelos servidores resistentes ao movimento e pelos visitantes. Relata, ainda, que algumas salas adotaram xícaras de louça para uso do setor e para os visitantes, na Reitoria, por exemplo.</p>	
Eixo 2 - Gestão adequada dos resíduos gerados - Aderência (48%). Aderência por Unidades destaques*: CMDI (93%); Eirunepé (20%); CMZL (13%).		
Reutilização de equipamentos de informática prevista na Política dos 5R's - Aderência (72%).		
	<p>Equipamentos eletrônicos catalogados pela Reitoria que serão destinados a reutilização em cursos técnico dos <i>Campi</i>.</p> <p>- Os gestores GA09 e GA32 enfatizam o trabalho realizado pelo setor de TI da Reitoria, voltado para a reutilização de equipamentos como computadores e impressoras “obsoletos na questão operacional, mas que servem para <i>hardware</i>”. São destinados aos <i>Campi</i> para utilização nos Cursos Técnicos de Informática.</p>	
Coleta Seletiva - Aderência (50%).		
<p>Lixeiras do CMZL - O gestor GA30 conta que ainda não aderiu à Coleta Seletiva, pois só tem dois latões como suporte de armazenamento do resíduo produzido “falta criar política interna” (...) “é um problema institucional”. A Unidade possui lixeiras de Coleta Seletiva “mas tudo é juntado”. Aduz faltar um trabalho de cunho educativo com os discentes, servidores e terceirizados, pois “até separa, mas depois eles colocam tudo num único saco”, referindo-se aos terceirizados.</p>		
		
		
Coleta Seletiva Solidária - Aderência (36%) - Não aderência (64%). “Papa pilhas” na reitoria - O gestor GA32 revela que a Coleta Seletiva no IFAM é um grande problema, pois, de todos os municípios visitados, os únicos municípios que possuem Associação de Catadores de Resíduos é Manaus e Itacoatiara. Porém, as Associações de Manaus não têm interesse		
em recolher o resíduo de outros municípios em função do volume disponível que torna a atividade inviável economicamente.		

Continua...

...continuação.

Eixos/Aderência/Imagem/Unidade de Contexto

Eixo 3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho - Aderência (68%).

Aderência por Unidades destaques*: Reitoria (81%); CMZL (52%).

Atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes - Aderência (42%), - Não aderência (53%).

3ª ação para Qualidade de Vida no Trabalho, ano de 2019.

- Apesar de ter baixa aderência entre os gestores do IFAM, o gestor GA08 destacou as atividades de ginástica para o cérebro e yoga, oferecidas no âmbito do Programa de Atividade Laboral, promovido pela Coordenação de Benefício e Qualidade de Vida (CBQV).



Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores - Aderência (78%).

Aderência por Unidades destaques*: Tabatinga (100%); Itacoatiara (96%); CMZL (44%).



Sensibilização com o corpo discente - Aderência (86%).

Semana do Meio Ambiente no IFAM Campus Tabatinga.

- Foram realizadas ações sobre a sensibilização dos discentes e servidores da Unidade Campus Tabatinga, que, no ano de 2019, na semana do meio ambiente, em suas comemorações, evidenciou a A3P nas atividades com seus discentes e servidores.

Capacitação e sensibilização com os servidores técnico-administrativos - Aderência (92%) e sensibilização e capacitação com os servidores Docentes - Aderência (89%).

Comemorações da Semana do Meio Ambiente no IFAM Campus Tabatinga, Temática A3P.

Realizaram-se ações de sensibilização dos discentes e servidores da Unidade Campus Tabatinga, que, no ano de 2019, na semana do meio ambiente, em suas comemorações, evidenciou a A3P nas atividades com seus discentes e servidores.

Comemorações da Semana do Meio Ambiente com a temática A3P no IFAM Campus Tabatinga (Oficinas, minicurso, teatro e palestras).

Durante a solenidade de abertura, as autoridades presentes foram convidadas a realizar a adesão simbólica à A3P, juntamente com servidores, discentes e visitantes.

...continuação.

Eixos/Aderência/Imagem/Unidade de Contexto

Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores - Aderência (78%).

Aderência por Unidades destaques*: Tabatinga (100%); Itacoatiara (96%); CMZL (44%).

Comemorações da Semana do Meio Ambiente com a temática A3P no IFAM Campus Tabatinga (oficinas, minicurso, teatro e palestras).

Na 9ª semana comemorativa ao meio ambiente e ao 9º aniversário do Campus, foram realizadas atividades lúdicas como apresentações musicais, teatros, oficinas, minicursos, palestras, atingindo todos os cursos em todos os níveis. Os servidores tiveram papel muito importante, auxiliando os discentes. “Esse trabalho deveria se repetir todos os anos”, concluíram alguns alunos.



Hortas implementadas no IFAM. 1- CEIRU, 2- CITA, 3- CMZL e 4- CTB.

O gestor GA34 aponta que sua Unidade possui horta e em sua concepção ela serve como meio de sensibilização dos discentes e também dos servidores quanto à alimentação saudável e cuidado com o ambiente. Outros gestores (GA04 e GA27) citam a horta como grande feito na sua Unidade, pois, segundo eles, “o tempero da merenda é de lá”. Sobre a produção, eles declaram: “os restos de comida, temos material orgânico que é utilizado para compostagem, feito pelos alunos [...] inclusive tem até Projeto de Conclusão de



Curso Técnico (PCCT) nessa área”.

Uso de plantas, arborização e paisagismo.

1- CITA; 2- CMZL.

O gestor GA04 destacou o paisagismo de sua Unidade: “tudo florido ... os alunos estão construindo um orquidário em um Projeto de curso, tem a arborização, tudo feito por nós mesmos”.





Uso de plantas, arborização e paisagismo. 3- CTB; 4- CMC; 5- CEIRU e 6- CMDI.

As Unidades CMZL, CMDI e Tabatinga possuem área arborizada e paisagismo. As Unidades Itacoatiara e CMC também possuem paisagismo em sua área principal e Eirunepé possui viveiro.

Continua...

...continuação.

Eixos/Aderência/Imagem/Unidade de Contexto	
Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores - Aderência (78%). Aderência por Unidades destaques*: Tabatinga (100%); Itacoatiara (96%); CMZL (44%).	
Resíduos descartados pela comunidade do entorno nas calçadas do IFAM CMC. O gestor GA14 explicitou o fato de a comunidade do entorno de sua Unidade utilizar a lixeira externa de uso exclusivo do IFAM. O local passou a receber os resíduos sem autorização. Segundo o gestor, o descarte é feito de qualquer maneira, acarretando despejo de lixo sobre a calçada, odor desagradável no ambiente e o espaço totalmente sujo. “A gente já fez campanha, já alertou, tá lá, proibido jogar lixo, mas de nada adianta, continuam a sujar a frente da Unidade”, “a gente vai sensibilizar de novo esse ano, fazendo um trabalho com a turma de meio ambiente, pintar esse muro diferente, colocar umas placas, tentar colocar uma lixeira daquelas de ferro, pra que possa colocar aí e que eles possam colocar dentro dessa lixeira”.	
Eixo 5 – Licitações Sustentáveis - Aderência (60%). Aderência por Unidades destaques*: Tabatinga (77%); CMC (67%); Reitoria (50%).	
Produtos recicláveis - Aderência (56%). Agenda do IFAM produzida em papel reciclável - O gestor GA09 destaca que o único produto reciclado adquirido pela instituição foram as agendas, feitas com papel reciclado e sem impressão do ano, assim o usuário pode usar a agenda a qualquer tempo. Os gestores GA05 e GA28 citam que não recebem produtos reciclados, pois “tem que ter a massificação lá de cima para baixo”. GA30 aponta que “reciclado é mais caro, mas se olhar para o custo/benefício do reciclado, torna-se barato em relação à contribuição proporcionada ao meio ambiente”.	

*Destaque em maior e menor porcentagem.

Fonte: Dados da pesquisa (2019), elaborados pelos autores (2021).

Outras ações foram destaque na pesquisa. Um deles foi o Eixo 1, mais especificamente em relação ao item Papel – em que se verificou uma aderência na redução em 83%, pois, segundo os gestores GA10, GA16 e GA32, o uso de sistema digital para processos e memorandos “foi significativo, um divisor de águas no Instituto”. Outra observação importante é que o monitoramento e controle água foi o item menos aderente, 50%. Segundo os gestores GA01, GA29, GA14 e GA31, suas Unidades possuem poços artesianos e um deles foi enfático ao declarar que no IFAM essa Diretriz “não se aplica, porque a água é de poço artesiano”, o que gera facilidade quanto ao acesso à água em abundância e sem o devido controle.

Outra ação de destaque se refere ao Eixo 2. Neste eixo, a Comissão de Coleta Seletiva Solidária¹⁰ foi apontada como ausente, consequentemente a coleta seletiva solidária teve a não aderência em 64%. Em relação ao Eixo 3, a acessibilidade teve baixa aderência, 44%, apontando para vários problemas, um dos quais, a falta de um programa de orientação nutricional, cuja aderência foi de 28%, seguido do programa de saúde ocupacional, com 33%. Em contrapartida, a integração social e interna e \ liberdade de expressão foram as mais percebidas, 97%.

No tocante ao Eixo 4, a sensibilização da comunidade no entorno da instituição para a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente foi a de menor expressão entre os itens, 64%, seguida da sua divulgação, 72%. Quanto ao Eixo 5, as licitações foram tidas como uma das mais negligenciadas na Instituição. “Esse é o nosso gargalo”, expressa GA34. É também o eixo mais desconhecido no IFAM, 23%. Os itens mais bem avaliados foram a licitação por meio do pregão eletrônico, 86%, e o fornecimento de equipamento de segurança aos empregados, 83%. O item de menor aderência foi a aquisição de veículos, com maior eficiência e menor poluição, 39%.

Constatou-se que os gestores, na grande maioria, também são docentes e são sensíveis à causa ambiental. Aduzem, mesmo que discretamente, abordá-la nos corredores, nos eventos, nas visitas técnicas, nas atividades em sala de aula, nos projetos de pesquisa e extensão e nas atividades administrativas.

Segundo o Relatório de Gestão do IFAM (2018)¹¹, foram ofertados 57 cursos de extensão, envolvendo 156 docentes, 471 alunos, 74 Técnicos Administrativos, atendendo a comunidade interna e externa com um total de 1.593 pessoas capacitadas em 12 *Campi*, por meio do Projeto de Extensão denominado Fluxo Contínuo de Cursos - FIC. Entre outros, foram executados 127 projetos de extensão (80 projetos e 160 bolsas de estudos) do Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX, 88 projetos (45 projetos – R\$ 160.000,00) para Mostras de Extensão e Eventos Culturais e do Empreendedorismo dos *Campi* – PROEX e a Incubadora de Empresas do IFAM, AITY.

Estes movimentos, alinhados às ações administrativas no âmbito dos Eixos Temáticos da A3P, revelam ações apontadas como Ambientalização de Universidade, que, no dizer de Guerra *et al.* (2015), é um processo contínuo e dinâmico, porém limiante a um processo difuso, uma vez que, no IFAM, sua aplicação não é sistêmica, mas aponta uma oportunidade de melhoria

¹⁰O Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006 em seu Art. 5º determina a criação de uma Comissão para a Coleta Seletiva Solidária; § 1º [...] será composta por, no mínimo, três servidores designados pelos respectivos titulares de órgãos e entidades públicas. § 2º [...] deverá implantar e supervisionar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, bem como a sua destinação para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme dispõe este Decreto. (BRASIL, 2006).

¹¹ Relatórios de Gestão disponíveis a partir de 2011.

contínua, considerando toda uma estruturação promissora e a existência de Sistema de Gestão Ambiental - SGA, Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, Política Socioambiental e Plano de Logística Sustentável – PLS.

A ferramenta A3P para a gestão ambiental tem potencialidades nas instituições públicas e, no caso do IFAM, inferiu-se ser essencial para a Ambientalização, pois, uma vez inserida e consolidada a partir das ações já praticadas, muda as atitudes de seus protagonistas. Neste sentido, apoia-se em Kitzmann e Asmus (2012), pois, segundo esses autores, a Ambientalização curricular é processo de inovação intervencionista para integração socioambiental aos conteúdos e às práticas das instituições de ensino. Trajber e Sato (2010, p. 71) também aduzem a razão da Ambientalização, “[...] a *intencionalidade pedagógica de se constituir referências concretas de sustentabilidade socioambiental*”.

Conclusões

O Programa de Gestão Ambiental do MMA, Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), dado o fato da amplitude de adesão pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) e por sua confluência com os ODS, mostra-se como uma ferramenta de Sistema de Gestão Ambiental - SGA apropriado para as IES no Brasil, assim como direta e indiretamente para promover a Educação Ambiental (EA) nessas instituições.

Apesar de os números apontarem uma porcentagem acima de 60% de Aderência à A3P pelo IFAM, as ações do Instituto não são congruentes com o Programa, pois a instituição não alimentou o Sistema Ressoa do MMA. Logo o IFAM não possui selos certificadores diferentes do inicial e nunca inscreveu projetos nas edições do Prêmio Bienal da A3P. Desta maneira, não conseguiu destaque em suas boas ações, tampouco divulgou suas ações alinhadas à Agenda nos sítios do MMA. Sua efetividade se mostrou sazonal em muitos casos, constatação embasada na identificação da ausência de projetos, gestão participativa, comunicação e, principalmente, na falta de uma gestão sensível e empenhada na causa socioambiental, que seja eficiente na coordenação da política interna e de se colocar à frente de suas ações para uma EA baseada no tripé da sustentabilidade – social, econômica e ambiental.

Dentre os avanços na GA no IFAM, identificou-se, além da adesão à A3P, a construção da sua Política Socioambiental e do seu Plano de Logística Sustentável, bem como a criação da Coordenadoria de Gestão Ambiental e da Comissão de Energias Renováveis. Isso demonstra que a Instituição possui a preocupação com a questão socioambiental, mas, na *práxis*, mesmo passados quatro anos da adesão à Agenda, as ações do Instituto são limiantes e limitadas, em grau de efetivação distinto entre os *Campi* estudados, assim como seus reflexos entre seus transeuntes. Portanto, tais constatações atingem os objetivos propostos no estudo.

A falta de recursos advindos dos cortes orçamentários revelou efeitos do tipo externalidades negativas. Por outro lado, a união de entes, entre órgãos públicos e empresas privadas, pode dar origem a uma nova forma de sobressair a esta crise temporal.

Indica-se ao IFAM a constituição de equipe multidisciplinar voltada para o desenvolvimento de uma pasta, que poderia potencializar a gestão ambiental, a Educação Ambiental e as ações de sustentabilidade, assim como a Adesão e compromisso de um SGA, tendo em vista seus benefícios para toda a rede acadêmica e a sociedade.

Agradecimentos: À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM que proporcionou bolsa de estudos durante a formação do mestrado de um dos autores.

Referências

ALMEIDA, J.R. **Gestão Ambiental dos Recursos Naturais**. In: ALMEIDA, J.R. (Org.). Gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Thex, 2009.

ALMEIDA, V. F. Ambientalização das instituições de ensino superior: realidades e potencialidades da A3P no Instituto Federal do Amazonas. **Dissertação** (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas - UFAM, 2020. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7710>>. Acesso em: out/2021.

ARAÚJO, C. L. et al. A Agenda Ambiental na Administração Pública: desafios operacionais e estratégicos. **Rev. Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuf, Ano 13, n. 32, out/dez. 2015. p.21-47.

ARRUDA, L. M., RODRIGUES, R. N. Agenda Ambiental Na Administração Pública (A3P): Uma análise da aderência das diretrizes da A3P em uma Companhia Hidroelétrica – **Rev. Fatec Zona Sul** - V.5, n.2, nov. 2018.

BARBIERI, J.C. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BARBIERI, J.C.; SILVA, D. **Educação Ambiental na formação do administrador**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BEHREND, D. M; COUSIN, C. S; GALIAZZI, M. C. Ambientalização das relações sociais entre escola e universidade: o estado da questão. **Revista Poiésis** – Unisul, Tubarão, v.13, n. 23, p. 53-70, Jan/Jun 2019.

BRASIL. Lei nº 6.938 de 31.08.1981. **Política Nacional do Meio Ambiente e Sistema Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm>. Acesso em: set. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 9394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.** Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: nov. 2018.

BRASIL. **Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.** Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em: fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação – CNE.** Resolução n. 2, de 15/06/2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília: MEC/CNE, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17810&Itemid=866>. Acesso em: nov. 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010. 296p.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade:** canibais com garfo e faca. São Paulo: M. Books do Brasil, 2011. 488p.

FERNANDES, P.G. Análise das Práticas de Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior no Município de Mossoró-RN. **Dissertação** (Mestrado Ambiente, Tecnologia e Sociedade). Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, 2017. Disponível em: <<https://ppgats.ufersa.edu.br/2017-3/>>. Acesso em: nov. 2019.

FIGUEIREDO, F.F.; CRUZ, F.M.R. **Aproximações teóricas sobre a questão ambiental internacional na sociedade global:** de Estocolmo 1972 ao Rio de Janeiro 2012. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18283>>. Acesso: set. 2018.

FIGUEIREDO, G.G.; SILVA, G.V.; SOARES, F.I.L. Sistema de gestão ambiental na Administração Pública: estudo em uma Universidade Federal do interior da Amazônia. 2019. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.16 n.29; p.1396.

GUERRA, A. F. S. *et al.* (Org). **A ambientalização na Educação Superior:** trajetória e perspectivas. Ambientalização e Sustentabilidade nas Universidades: subsídios, reflexões e aprendizagens. UNIVALE, 2015, p. 11.

INDIANO, T. Relações intergovernamentais em Políticas de Meio ambiente: o Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres (Programa 2040). **Anais** do 8º Congresso de extensão da UNESP - “Diálogos da Extensão: do saber acadêmico à prática social”, 2015.

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 2: 452-473, 2022.

KITZMANN, D. Ambientalização de Espaços Educativos: aproximações metodológicas. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v. 18, p.553-574, 2007.

KITZMANN, D.; ASMUS, M.L. Ambientalização sistêmica - do currículo ao socioambiente. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 269-290, jan./abr. 2012.

KRUGER, S. D. *et al.* Gestão Ambiental em Instituição de Ensino Superior - uma análise da aderência de uma Instituição de Ensino Superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública (A3P). **Rev. GUAL.**, Florianópolis, v. 4, n. 3, p.44-62, set/dez. 2011.

LEFF, E. A construção da racionalidade ambiental. *In*: LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. cap.5, p. 223-275.

LUIZ, L. C. *et al.* Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Adm.Púb.e Gest. Social**, v.5, n.2, abr-jun 2013.

MAGRINI, A. Política e gestão ambiental: conceitos e instrumentos. Sociedade Brasileira de Planejamento Energético – SBPE. **Rev. Brasileira de Energia**, v.8, nº 2, 2001.

MAGRINI, A. **Gestão Ambiental**. Curso de Mestrado em Planejamento Energético e Ambiental - PPE/ COPPE/ UFRJ, 2009.

MARCOMIN, F.E.; SILVA, A.D.V. A sustentável leveza da universidade. *In*: GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. **Sustentabilidades em diálogos**. Itajaí: Univali, 2010. p. 171-189.

MENDONÇA, B. A. Diagnóstico para implantação de um sistema de gestão ambiental em uma Instituição Federal de Ensino. **Dissertação**. (Gestão de Organizações e Sistemas Públicos). Universidade Federal de São Carlos, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7141?show=full>>. Acesso em: out. 2021.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Cartilha A3P**, 2009. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: set. 2018.

MMA. **Cartilha A3P: Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas**, 2017. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: set. 2018.

MMA. **Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)**. 2019. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/biblioteca/>>. Acesso em: fev. 2020.

MONTEIRO, M. O; CAMELO, G. L. P. Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P nos campi do IFRN: um olhar a partir dos gestores. **Rev. EmpíricaBR**, Ano 8, Vol. 1. 2015.

NASCIMENTO, E.P. Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional. *In*: LENA, P.; NASCIMENTO, E.P. (orgs). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

NASCIMENTO, M.M. *et al.* Educação Ambiental na administração pública: a implantação da A3P na Universidade Federal do Vale do São Francisco/Univasf - PE. **Rev. Elet. em Gestão, Educ. e Tec. Amb.** Santa Maria, v. 19, n. 2, 2015.

NASCIMENTO, J.M. Gestão Ambiental em Instituições Educação Superior no Brasil: do discurso a realidade. **Dissertação** (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas - UFAM, 2018. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7114>>. Acesso em: out. 2021.

NETO, J.S.C. *et al.* Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): os desafios da implementação. **Rev. da Ciência da Adm.** v.14, Ago. - Dez. 2016.

ONU – Organização das Nações Unidas Brasil. **Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.** 2015. Disponível em:<<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/12>>. Acesso em: nov. 2019.

PAVESI, A.; FARIAS, C. R.; OLIVEIRA, H.T. Ambientalização da educação superior como aprendizagem institucional. **ComScientia Amb.** v. 2, 2006.

PRADO, W. C; Gestão participativa A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) na prefeitura da cidade do Recife: contribuições da educação a distância. **Dissertação.** (Tecnologia e Gestão em Educação a Distância). Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2015.

QUINTAS, J. S. (Org.). **Pensando e Praticando a Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente.** Edição IBAMA, Brasília, Ed. ABDR, 2006.

ROSA, L. A. B; GOMES, C. M; BARBIERI, L. C; RODRIGUES, M. C. M; KNEIPP, J. M. Agenda ambiental na administração pública (A3P): uma análise em uma instituição pública federal do rio grande do sul. **Rev. Gest.** v. 7, n. 1, 2019.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 96 p.

SANTOS, F.L. *et al.* Análise da adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) pela cidade portal da Amazônia. **Rev. Eletrônica Gestão & Sociedade**, v.11, n.28, p. 1583-1610, Janeiro/Abril – 2017.

SAVITZ, A.W. **A empresa sustentável:** o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 288 p.

TRAJBER, R.; SATO, M. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**,v. especial, p. 70-78, set. 2010.

VIEGAS, S. F. S. S. *et al.* Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: estudo da adesão e ação em uma Universidade pública. **Rev. AOS – Amazônia, Organizações e Sustentabilidade, Brazil**, v. 4, n.2, jul./dez. 2015, p. 7-28.

ANEXO 1. Eixos do Programa do MMA e os itens do Questionário *Checklist* aplicado aos gestores do IFAM.

EIXOS DA A3P E OS ITENS DO CHECKLIST
Eixo 1: 1) papel; 2) energia; 3) água; 4) copos plásticos (descartáveis); 5) materiais/recursos que causam impactos ambientais significativos; e, 6) destinação devida para os bens materiais ocioso, recuperável, antieconômico ou irrecuperável.
Eixo 2: 7) Política dos 5R's; 8) Coleta Seletiva; 9) Coleta Seletiva Solidária; 10) Comissão de Coleta Seletiva Solidária; e, 11) Destinação Adequada de Resíduos Perigosos.
Eixo 3: 12) atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos servidores; 13) acessibilidade em todas as instalações; 14) preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos; 15) comissão interna de prevenção de acidentes; 16) controle da jornada de trabalho; 17) especialista para proporcionar apoio a servidores que passam por problemas como tabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas; 18) ambiente de trabalho salubre; 19) programa de saúde ocupacional; 20) orientação nutricional; 21) desenvolvimento e a capacitação de seus servidores através da autonomia das atividades; 22) percepção do significado do trabalho individual e coletivo; 23) integração social interna e externa através da ausência de preconceitos; 24) integração social interna, através da interação de servidores em áreas comuns e em eventos; 25) integração social interna, através do senso comunitário (entre setores); 26) integração social interna, através da promoção dos relacionamentos interpessoais (bom relacionamento entre os colegas de trabalho); 27) liberdade de expressão; 29) privacidade pessoal; e, 30) tratamento impessoal.
Eixo 4: 31) capacitação com os servidores técnico-Administrativo; 32) capacitação com os servidores Docentes; 33) sensibilização com o corpo discente; 34) sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais; 35) sensibilização da comunidade no entorno da instituição no que abrange a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; e, 36) Produz e divulga material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente.
Eixo 5: obras públicas - 37) Os projetos de engenharia para construções possuem exigências que levem a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos ambientais; da aquisição de bens - 38) É observada a produção com menor consumo de matéria prima e maior quantidade de reciclável; 39) É dada a preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza; 40) Como critério avaliativo, é observado a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras; 41) É dada prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia (lâmpadas econômicas, torneiras automáticas, entre outros); 42) O IFAM adquire produtos reciclados; 43) É observada a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos; 44) Na aquisição de veículos, é observada a maior eficiência e menor poluição, bem como a utilização de combustíveis alternativos; 45) Existe preferência para aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento; 46) Na aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, são observados os critérios estabelecidos na Resolução CONAMA 20 (1994), que instituiu o selo de ruído; dos serviços públicos – 47) Nos editais é exigido que a empresa forneça treinamento a seus empregados; 48) Que utilizem equipamentos de limpeza que não gerem ruídos; 49) Que forneça aos empregados os equipamentos de segurança necessários a atividade; 50) Que realize a separação dos resíduos sólidos descartados; 51) Que adote medidas para reduzir o consumo de água e energia; e, 52) Sempre que possível, a entidade realiza a licitação por meio do pregão eletrônico.

Fonte: Adaptado de (LUIZ *et al.* 2013).